

QUADRA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Rua Joaquim Floriano, 940 - 6º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04534-004

www.quadrascd.com.br

CNPJ: 49.555.647/0001-79

Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 31/03/2026.

www.quadrascd.com.br

A Diretoria da Quadra SCD S.A. declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Nilto Calixto Silva
Administrador

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Nilto Calixto Silva, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

31 de março de 2026

Nilto Calixto Silva

Diretor Responsável

Relatório da Administração.

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A, acompanhado do relatório dos auditores independentes referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Sobre a Quadra SCD

A Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A ("Quadra SCD" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 31 de dezembro de 2025, a Quadra SCD possui ativos totais de R\$ 9.495, sendo R\$ 9.495 de carteira de instrumentos financeiros composta principalmente por títulos e valores imobiliários, e saldo de disponibilidades de R\$ 18.

O patrimônio líquido é de R\$ 3.324.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Willian Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em Reais Mil)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante		<u>9.495</u>	Circulante		<u>5.654</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	18	Obrigações tributárias		75
Disponibilidades		18	Fornecedores a pagar		36
			Depósitos de moeda eletrônica	9	5.441
			Credores Diversos		102
Instrumentos Financeiros			Não-Circulante		<u>517</u>
Títulos e valores mobiliários	8	9.477	Obrigações com partes relacionadas	11	517
			Patrimônio Líquido		<u>3.324</u>
			Capital social	10.a	3.000
			Reservas de Lucros	10.b	324
Total do ativo		<u>9.495</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em Reais Mil - exceto o lucro líquido por ação - R\$)

		<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
	Nota		
Receita de intermediação financeira			
Rendas com títulos e valores mobiliários	12	972	1.738
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(453)</u>	<u>(893)</u>
Rendas de prestação de serviço		15	16
Despesas gerais e administrativas	13	(501)	(913)
Despesas tributárias		(38)	(66)
Outros despesas operacionais		(84)	(85)
Outros receitas operacionais		155	155
Resultado Operacional		<u>519</u>	<u>845</u>
Resultado Não Operacional		<u>5</u>	<u>5</u>
Resultado Antes dos impostos		<u>524</u>	<u>850</u>
Contribuição social	14	(30)	(52)
Imposto de renda	14	(71)	(120)
Total de impostos sobre o lucro		<u>(101)</u>	<u>(172)</u>
Resultado do semestre/exercício		<u>423</u>	<u>678</u>
Número de ações emitidas		3.000.000	3.000.000
Resultado por ação		7.092	4.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em Milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado do semestre/exercício	<u>423</u>	<u>678</u>
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>423</u>	<u>678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Reservas		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reservas de Lucros Especiais		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	-	-	(354)	2.646
Lucro do exercício	-	-	-	678	678
Reserva Legal	-	16	-	(16)	-
Reserva de Lucros Especiais	-	-	308	(308)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.000	16	308	-	3.324
Mutações do exercício	-	16	308	354	678
Saldos em 30 de junho de 2025	3.000	-	-	(99)	2.901
Lucro líquido do semestre	-	-	-	423	423
Reserva Legal	-	16	-	(16)	-
Reserva de Lucros Especiais	-	-	308	(308)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.000	16	308	-	3.324
Mutações do semestre	-	16	308	99	423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do semestre/exercício	423	678
Ajustes por:		
Imposto de Renda e contribuição social	101	172
Total do lucro líquido ajustado	524	850
Variações em:		
Nas contas de títulos e valores mobiliários	3.519	2.812
Nas contas de adiantamento a fornecedores	10	53
Nas contas de obrigações tributárias	(62)	(49)
Nas contas de depósitos de moeda eletrônica	(4.013)	(3.771)
Total da variação entre ativos e passivos	(546)	(955)
Caixa Líquido Proveniente das /(Utilizado) nas atividades operacionais	(546)	(955)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(22)	(105)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	40	123
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	18	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE E
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (em milhares de reais exceto quando
indicado de outra forma).**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”) é uma instituição financeira privada, com sede localizada na cidade de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 940, constituída sob a forma de sociedade por ações. A Companhia foi constituída em 07 de outubro de 2021 mediante requerimento de autorização de constituição e funcionamento ao Banco Central do Brasil (“Bacen”), e foi autorizada por ofício do Bacen em 17 de novembro de 2022.

A Companhia tem como objeto social a prática de: (i) operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisições de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de contas de pagamento pré-paga; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de créditos e de cobrança; (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

A Companhia possui como sócias a CP Investimentos e Participações S.A. e a Quadra Investimentos e Participações Ltda., as quais detém 50% do seu capital social cada uma. É controlada diretamente pela acionista CP Investimentos e Participações S.A., a qual detém a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições financeiras ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Receitas e despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

- b) Caixa e equivalentes de caixa:** inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

- c) Valor de Recuperação de Ativos (impairment):** de acordo com a Lei 11.638/07, é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

- d) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas brutas, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação vigente. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS. Adota-se o regime de apuração por caixa.

- e) Provisão para imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e ISS**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou-se do lucro presumido para apuração dos impostos sobre o lucro. Dessa forma, a base para tributação é de 32% sobre a receita operacional bruta dos serviços prestados. A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a

mesma base que superar R\$ 60 ao trimestre ou R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

A provisão para o PIS e a COFINS foi constituída a uma alíquota de 0,65% e 3% respectivamente, sobre as receitas brutas considerando as exclusões e deduções da legislação vigente.

A provisão do ISS foi constituída a uma alíquota de 5% sobre o total de receitas de prestação de serviços.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- (i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- (iii) Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui ativos, passivos contingentes (de nenhuma probabilidade de perda - provável, possível ou remota) ou obrigações legais.

- g) Utilização de Estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como

provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Eventos Subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras, além daqueles já incluídos nestas demonstrações financeiras.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados como títulos e valores mobiliários são mensurados e reconhecidos conforme o modelo de negócios da instituição e as características dos fluxos de caixa contratuais. A classificação é realizada nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros. São mensurados pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos, com contrapartida ao resultado do período.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e realizar vendas. São ajustados ao valor justo, com contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de negociação ou que não atendem aos critérios das categorias anteriores. São ajustados ao valor justo, com contrapartida ao resultado do período.

A Quadra SCD classifica sua aplicação em títulos e valores mobiliários na categoria “valor justo no resultado”.

5. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

A Quadra SCD mantém a totalidade de seus ativos exclusivamente aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos de risco soberano cujos fluxos de caixa são compostos por

principal e juros. Esses ativos permanecem classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, não havendo necessidade de reclassificação ou alteração no modelo de negócios, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(i) Risco de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas

A instituição atua exclusivamente com contas vinculadas e de livre movimentação pré-pagas, não realizando concessão direta de crédito. Dessa forma, não há exposição ao risco de inadimplência, tampouco necessidade de constituição de provisões para perdas esperadas. Assim, os dispositivos relativos a impairment e crédito problemático não se aplicam às operações da Quadra SCD.

(ii) Stop Accrual e Reconhecimento de Juros

Considerando que a Quadra SCD não possui carteira de crédito, não há geração de receitas financeiras sujeitas à interrupção de reconhecimento por inadimplência. Assim, as exigências normativas relacionadas ao conceito de stop accrual não produzem impactos operacionais ou contábeis relevantes para a instituição.

(iii) Plano de Implementação e Adequação

A Quadra SCD avaliou a Resolução CMN nº 4.966/2021 e concluiu que seus efeitos são limitados, considerando seu modelo operacional, que não envolve concessão de crédito e possui exclusivamente ativos de risco soberano. Dessa forma, não estão previstas mudanças significativas nos sistemas, processos ou práticas contábeis atualmente adotadas.

(iv) Divulgação nas Demonstrações Financeiras de 2025

Considerando a natureza das operações da Quadra SCD e a ausência de exposição ao risco de crédito, os impactos decorrentes da aplicação da nova norma serão mínimos. Ainda assim, as demonstrações financeiras de 2025 incluem as divulgações exigidas, com a devida ênfase de que não houve efeitos significativos nas práticas contábeis adotadas até então.

6. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou seja relacionado com as atividades atípicas da instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

7. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía o saldo de disponibilidades conforme a seguinte composição;

	31/12/2025
Disponibilidades	18
Bancos	18

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição da carteira por categoria e prazo

	31/12/2025		
Valor justo por meio do resultado (VJR)	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de custo
Vinculados à prestação de garantias	9.477	-	9.477
Letras financeiras do tesouro	9.477	-	9.477

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2° Semestre	31/12/2025
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	972	1.738
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	972	1.738

9. DEPÓSITOS DE MOEDA ELETRÔNICA

A Companhia detém um saldo de moeda eletrônica e/ou aplicado em título público federal oriundo de contas de pagamento pré-pagas de titularidade de seus clientes. Esse valor não se confunde com o capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o montante referente a essa conta é de R\$ 5.441.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia, era de R\$ 3.000, dividido em 3.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo (i) 1.500.000 ações ordinárias; e (ii) 1.500.000 ações preferenciais, as quais estão distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Capital social (%)
CP Investimentos e Participações S.A.	1.500.000	-	50
Quadra Investimentos e Participações Ltda.	-	1.500.000	50
Total	1.500.000	1.500.000	100

b. Reserva legal e Reservas especiais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 423 no 2º semestre (R\$ 678 no exercício). Em conformidade com seu estatuto, foi constituída reserva legal no valor de R\$ 16 no semestre (exercício), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

Após a constituição da reserva legal, foi reconhecida a destinação de R\$ 308 no semestre (exercício) a título de dividendos obrigatórios, em conformidade com o seu estatuto, em conta de reservas especiais.

11. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2021, as Companhias, em conjunto, CP Investimentos e Participações S.A. e Quadra Investimentos e Participações Ltda. iniciaram o processo de registro de uma Sociedade de Crédito Direto (“SCD”) no Bacen. Conforme requerido na Resolução nº 4.656 do Bacen, o capital social integralizado e o patrimônio líquido devem permanentemente ter o mínimo de R\$ 1.000. O valor para constituição de capital social da SCD denominada Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. foi depositado pelas Companhias no montante de R\$ 3.000, correspondente a 50% para cada uma. Após as devidas aprovações do Bacen, o montante relativo ao capital social foi mantido em depósito junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC por meio da compra de títulos públicos federais.

Em 17 de novembro de 2022, o Bacen autorizou o funcionamento da Companhia, aprovando a SCD. O processo de abertura do CNPJ foi concluído em 10 de fevereiro de 2023. O processo de transferências dos valores para integralização de suas ações foi finalizado em 28 de fevereiro de 2023, conforme Nota Explicativa 1.

O valor de R\$ 3.000 oriundo da integralização do capital social da Companhia foi aplicado em títulos públicos durante o período do processo de autorização junto ao Bacen, sendo no período avaliado ao valor justo, determinado pelo PU Anbima. Em 28 de fevereiro de 2023, o saldo atualizado dos títulos somava o montante de R\$ 3.516 quando foi resgatado. Os valores correspondentes aos rendimentos, na ordem de R\$ 516, serão devolvidos oportunamente aos acionistas CP Investimentos e Participações S.A. e Quadra Investimentos e Participações S.A., visto que esse rendimento é de direito dos acionistas, pois supera o valor do capital subscrito e integralizado.

12. RENDAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição das Rendas Com Títulos e Valores Mobiliários:

	2º Semestre	31/12/2025
Rendas Com Títulos E Valores Mobiliários	972	1.738
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	972	1.738

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Despesas Gerais e Administrativas:

	2º Semestre	31/12/2025
Outras Despesas Administrativas	501	913
Despesas do Sistema Financeiro	3	7
Despesas de Serviços Tomados de Advocacia	61	67
Despesas de Serviços Tomados de Auditoria	35	58
Despesas de Serviços Tomados de Contabilidade	41	63
Despesas de Serviços Tomados de Consultoria	102	280
Despesas de Serviços Tomados de Informática	259	438

14. IMPOSTOS SOBRE A RENDA

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Presumido:

	2º Semestre	31/12/2025
Receita de intermediação financeira	972	1.738
Rendas de prestação de serviço	15	16
Base para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	329	575
Imposto de Renda	80	111
Variação de imposto competência x Caixa	10	9
Despesa com Imposto de Renda	70	120
Contribuição Social	30	52
Despesa com Contribuição Social	30	52

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, a ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. Conforme demonstrado a seguir, o impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com seu vencimento contratual:

Passivos financeiros	Imediatos
Passivos	
Obrigações fiscais	75
Fornecedores a pagar	36
Total	111

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

- Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;
- Proporcionalidade: política compatível com o porte da Instituição.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não faz parte de qualquer processo do qual é necessária a menção nas demonstrações financeiras no semestre e exercício findos de 31 de dezembro de 2025.

18. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 1.237,77% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2025 em R\$ 3.324.

DF Final - Quadra SCD 12.2025.pdf

Documento número #1a957738-164c-48b6-8d0b-8977ebaacaca

Hash do documento original (SHA256): 8d2cb3f9d763298d54d9388bb8fb6db6049ccb7da0cf6c73b049a991c00589fa

Assinaturas

✓ **Nilto Calixto**

CPF: 783.996.611-04

Assinou em 31 mar 2026 às 11:23:23

Log

- 31 mar 2026, 11:21:44 Operador com email assinaturas@quadra.capital na Conta e258b3b3-a158-4ee6-a957-07495a19c941 criou este documento número 1a957738-164c-48b6-8d0b-8977ebaacaca. Data limite para assinatura do documento: 30 de abril de 2026 (11:21). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 31 mar 2026, 11:22:25 Operador com email assinaturas@quadra.capital na Conta e258b3b3-a158-4ee6-a957-07495a19c941 adicionou à Lista de Assinatura: assinaturas@quadra.capital para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Nilto Calixto.
- 31 mar 2026, 11:23:23 Nilto Calixto assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail assinaturas@quadra.capital. CPF informado: 783.996.611-04. IP: 191.209.42.20. Componente de assinatura versão 1.1411.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 31 mar 2026, 11:23:24 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 1a957738-164c-48b6-8d0b-8977ebaacaca.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 1a957738-164c-48b6-8d0b-8977ebaacaca, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.